

O AVESSE DA MEMÓRIA. COTIDIANO E TRABALHO DA MULHER EM MINAS GERAIS DO SÉCULO XVIII

Luciano Figueiredo

Brasília: EDUMB; Rio de Janeiro: José Olympio, 1993. 249 p.

O livro *O Avesse da memória* refere-se ao cotidiano das mulheres livres, forras e escravas, em Minas Gerais do século XVIII. Luciano Figueiredo desenvolveu pelo menos parte desta pesquisa no início dos anos 80, quando, recém-formado, seu projeto recebeu uma bolsa da Fundação Carlos Chagas/Fundação Ford (III Concurso de Dotação de Bolsas de Pesquisa sobre Mulher).

Segundo ele mesmo nos informa, a idéia da pesquisa surgiu ao perceber que, apesar do avanço da luta política das mulheres, havia um reduzido número de trabalhos, no período, recuperando os caminhos trilhados pela condição feminina no Brasil, e que contestavam a imagem tradicional e estereotipada das mulheres brasileiras do passado. A historiografia, de um modo geral, ainda as apresentava como submissas, inteiramente na esfera do domínio do pai, marido ou proprietário.

Para superar esse impasse, era imprescindível investir na pesquisa monográfica, se debruçar nas fontes, ler centenas de documentos dos mais variados tipos — devassas, registros gerais, cartas, códigos, estatutos, memórias, atas, dentre outros. Seria preciso, enfim, virar os arquivos pelo avesso, no sentido de levantar o maior número de informações sobre as mulheres.

Mas não era só isso.

Do ponto de vista metodológico, deveria-se evitar que a camada feminina fosse isolada do restante da sociedade, incorreção "tão freqüente dos que limitam uma determinada abordagem ao domínio exclusivo do

objeto escolhido, isolado e completamente subtraído do contexto que o engendrou" (p.41).

Para levar a diante esta empreitada, Luciano elegeu, como *locus* da pesquisa, Minas setecentista, pelo fato de na província ter se formado uma sociedade tipicamente urbana, com camadas sociais médias e com um número considerável de pessoas de cor livres¹, o que a distinguia da sociedade agrária *casa-grande & senzala*, mais conhecida e estudada. Vasculhou, então, os arquivos mineiros tornando-se, no dizer de Laura de Melo Souza, que faz a apresentação do trabalho, um dos maiores conhecedores do acervo documental da região.

O Avesse da memória é o resultado dessa pesquisa.

O livro é dividido em cinco capítulos, que podem se lidos como artigos independentes. "Comércio Feminino e Tensão Social"² refere-se ao pequeno comércio de subsistência das vendeiras e das negras de tabuleiro.

No Brasil, a exemplo de Portugal, eram as mulheres que tinham o importante papel de garantir a distribuição dos víveres para a população. Porém, enquanto na metrópole esta atividade era vista com bons olhos pela administração, pois através dela as mulheres pobres e as viúvas poderiam honestamente sustentar-se a si e suas famílias, na Minas do setecentos, as negras e mulatas forras e as escravas eram alvo constante de perseguição, freqüentemente

1 No anexo 5 *População de Minas Gerais* verifica-se que em 1786 havia 65.664 brancos, 80.309 pardos livres, 42.739 pretos livres, 20.376 pardos escravos e 153.759 pretos escravos. O número de mulheres pardas e pretas livres é um pouco superior ao dos homens; os escravos homens são o dobro das mulheres.

2 A primeira versão deste capítulo foi publicado anteriormente. Ver: Figueiredo, L. e Magaldi, Ana Maria. *Quitandas e Quitutes: um estudo sobre a rebeldia e transgressão femininas numa sociedade colonial. Cadernos de Pesquisa*, n.54, p.50-9, ago. 1985.

acusadas de violar, com seu comércio, as ricas e vigiadas áreas de mineração, de desviar os "jornais" diários dos escravos, de participar de contrabando, e de congregar, ao redor dos tabuleiros ou dentro das vendas, segmentos variados da população pobre e escrava. Dizia-se que davam abrigo aos quilombolas, que levavam uma vida desonesta, que prostituíam-se...

A leitura que Luciano faz da documentação, neste capítulo, levam os leitores a concluir que nas Minas no setecentos, as condições de vida de escravas, forras e negras e mulatas livres fossem muito parecidas, conforme pode se verificar, por exemplo, pelos gráficos apresentados: o n.1 e o n.2, "Vendas: repartição segundo sexo", relacionam homens e mulheres sem referência à condição (livre, forro ou escravo) e o n.3, "Vendas sob controle feminino: repartição segundo condição", compara o número de forras e escravas, sem contudo distinguir aquelas que eram proprietárias daquelas que apenas administravam as vendas (todas as forras que controlavam as vendas eram proprietárias? as escravas podiam ser proprietárias ou apenas administravam o negócio para seus/suas senhoras/as?).

No segundo capítulo, "Prostituição e desordem", Minas Gerais é apresentada como a região onde a prostituição na Colônia atingiu maiores proporções, devido dentre outras razões à falta de mulheres brancas, às dificuldades de realização do casamento religioso, à proibição de casamentos de pessoas de condição diferente, à extrema mobilidade espacial da população e às escassas possibilidades de inserção das mulheres em atividades produtivas.

A documentação levantada faz referência a um número reduzido de mulheres brancas prostituídas. O maior contingente era constituído por negras e mulatas forras e por escravas. As forras, em geral, se dedicavam a essa atividade para suprir a própria subsistência e pagar as exigências do fisco, e as escravas, para completar o jornal devido às/aos respectivas/os senhoras/es.

A prostituição nem sempre foi exercida como única atividade. Muitas mulheres, paralelamente ao trabalho dito lícito, dedicavam-se ao comércio sexual. Algumas delas dividiam a mesma casa, com filhas, pais, maridos e amásios, ou utilizavam o local de trabalho — como as vendas — para os encontros clandestinos. Observa Luciano que "A extrema pobreza iria se constituir em um traço comum à situação de todas as prostitutas" (p.79).

O relacionamento afetivo e sexual reaparece no capítulo "Vida familiar".

Apesar da ação da Igreja e do Estado no sentido de estimular os casamentos, proibindo até mesmo a ida de mulheres brancas para os conventos portugueses e restringindo a participação política de mulatos, a concubinação constituía-se na organização familiar típica entre as camadas populares.

O controle social através do casamento, tão almejado pela Coroa e pela Igreja, esbarrava nas práticas cotidianas. O mais comum eram as relações esporádicas e os núcleos familiares organizados em termos matrifocais.

A documentação levantada mostra como através do relacionamento sexual, afetivo e familiar homens e mulheres transgrediam as normas de relação social, promovendo uma intensa interpenetração entre as camadas sociais: senhores casados amancebavam-se com escravas; escravas "desonestavam-se" com forros, fora da casa de seus senhores; mulheres forras viviam maritalmente com escravos; homens e mulheres casados deixavam seus parceiros e iniciavam novos relacionamentos com pessoas de diferente origem étnico-racial e condição social diferentes...

O quarto capítulo, "Universo religioso", destaca o papel das visitas eclesiais no controle da sexualidade da população. Observa que as mulheres negras e mulatas, forras e escravas, por viverem nos núcleos urbanos estavam mais sujeitas às denúncias e punições, diferentemente dos homens, que levavam uma vida mais dispersa na extração do ouro.

Apresenta, ainda neste capítulo, um bem documentado estudo sobre a participação feminina nas irmandades religiosas.

A documentação sugere, aliás, como nas devassas, um forte empenho da Igreja em reforçar as diferenciações sociais e étnicas da população. Era facultado às/aos interessadas/os participar apenas de irmandades específicas: a do Santíssimo Sacramento era exclusiva das/os "irmãs/ãos" brancas/os, a de Nossa Senhora do Rosário, das/os pretas/os e a das Mercês, das/os forras/os.

Luciano, ao comparar os estatutos das diferentes irmandades, conclui que um dos aspectos essenciais de diferenciação entre as que congregavam a população negra e mulata e aquelas identificadas com a elite social diz respeito à participação e atuação feminina em suas hierarquias. Enquanto as mulheres brancas tinham uma pequena participação, as mais pobres tinham uma atuação marcante, tendo inclusive acesso a cargos importantes, como juíza, mordoma e procuradora.

No último capítulo, "Poder, resistência e trabalho", o leitor encontra um amplo panorama da participação feminina na região, seja através das diversas formas de lazer, da religiosidade e do desempenho de diferentes atividades econômicas, "lícitas" e "ilícitas".

Fica-se sabendo que além do pequeno comércio, as mulheres também estiveram presentes na extração mineral, na produção agrícola, e em alguns poucos ofícios (parteiras, lavadeiras, costureiras etc.) e que a prática da feitiçaria foi, para algumas mineiras, uma fonte de renda, sobretudo para as que realizavam adivinhações e curas.

Ainda neste capítulo, Luciano faz referência a uma triste história dos bastidores do poder. Identificou abuso de autoridade por parte dos representantes da Coroa, sendo que as principais vítimas eram as mulheres, independentemente da condição social, estado civil ou cor.

O Avesso da memória é um livro extremamente rico em informações e possibilita que os leitores le-

vanter inúmeras questões. Um dos dados mais significativos e recorrente em quase todos os capítulos refere-se à repressão e ao controle de forros e escravos. Em 1719, o conde de Assumar impedia a concessão de alforrias e proibia que pessoas negras, mesmo forras, possuíssem escravos ou fossem padrinhos de batismo e de matrimônio de outros negros (p.45); em 1840, em Vila do Carmo, a circulação de negros, negras, mulatos e mulatas, ainda que forros, estava proibida depois das "ave-marias" (p.48)³.

O livro cumpriu o importante papel de revelar o cotidiano da população pobre e escrava, numa região e num século conhecido por suas riquezas e trazer para primeiro plano as mulheres, não apenas tomando-as visíveis, mas demonstrando como a sociedade brasileira colonial ganha em complexidade quando se incorpora, na análise, este segmento da população.

Não queria terminar a resenha sem fazer referência a uma das facetas do mercado editorial brasileiro, que a publicação evidência. O texto, escrito há quase dez anos, apesar de pioneiro no que diz respeito às mulheres mineiras do século XVIII, só foi publicado recentemente, depois que o jovem pesquisador tornou-se professor universitário.

Se publicado na época, o livro certamente teria outra trajetória. A influência e repercussão teriam sido muito maiores, pois havia um mercado igualmente ávido por estudos sobre as mulheres e um número reduzido de títulos disponíveis nas livrarias.

Hoje, a defasagem entre o tempo em que o texto foi escrito e aquele em que foi publicado, se faz sentir. Como o Autor afirma, não foram incorporadas ao texto original reflexões desencadeadas por uma bibliografia mais recente sobre o tema. Uma pena!

Maria Lucia de Barros Mott

3 Pelo anexo 1 *Cronologia da Legislação* pode-se acompanhar o controle e a repressão ao pequeno comércio das negras de tabuleiro.